

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.900 - SC (2014/0024548-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : HARD COMÉRCIO DE FIXADORES E RESINAS LTDA
ADVOGADO : SIMONE SIMON E OUTRO(S) - RS055055

DECISÃO

Trata-se de agravo interno manejado pela **Fazenda Nacional**, desafiando decisão que deu provimento ao recurso especial do contribuinte, sob o fundamento de que o posicionamento esposado pelo Tribunal Regional destoa do consolidado nesta Corte Superior no sentido de que, em se tratando de mero erro na classificação dos produtos tributados, inviável a retenção da mercadoria, por incidência analógica da Súmula 323/STF ("*É inadmissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos*").

Opostos embargos de declaração por **Hard Comércio de Fixadores e Resinas Ltda.** (fl. 314), foram rejeitados nos termos da decisão de fls. 362/364.

A Fazenda-agravante, em suas razões, sustenta que "*o caso dos autos não versa sobre apreensão de mercadoria como meio coercitivo para pagamento, mas sim a respeito da prestação de garantia ou caução como medida cautelar fiscal para liberação de mercadorias, visto que a exigência da garantia é forma de preservar a efetividade da aplicação da pena de perdimento*" (fls. 323/324).

Impugnação às fls. 336/360 pela manutenção da decisão alvejada.

É O BREVE RELATO.

Melhor compulsando os autos, exercendo o juízo de retratação facultado pelo art. 1.021, § 2º, do CPC/2015 e 259 do RISTJ, reconsidero a decisão agravada (fls. 307/311), integrada pela de fls. 362/364, tornando-as sem efeito, passando novamente à análise do recurso:

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado pela **Hard Comércio de Fixadores e Resinas Ltda**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 245):

Superior Tribunal de Justiça

LIBERAÇÃO DE MERCADORIA. DIVERGÊNCIA QUANTO À CLASSIFICAÇÃO FISCAL. EXIGÊNCIA DE GARANTIA.

Não há ilegalidade na exigência de prestação de garantia para liberação de mercadoria objeto de litígio acerca de sua classificação fiscal.

A parte recorrente aponta, além da divergência jurisprudencial, violação aos arts. 51, § 1º, do Decreto-lei 37/96; 39 do Decreto-Lei 1.455/76, 510 e 511 do Decreto 4.543/2002 e 97 do CTN. Sustenta, em síntese, que "*o Fisco não pode se utilizar da retenção da mercadoria importada como forma de impor o recebimento da diferença de tributo ou exigir caução para liberar a mercadoria*" (fl. 263) e defende a aplicação da Súmula 323 do STF.

Contrarrazões apresentadas (fls. 278/280).

Parecer do Ministério Público Federal pelo provimento do recurso (fls. 302/305).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O compulsar dos autos dá conta de que a ora recorrente impetrou mandado de segurança contra ato atribuído ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Itajaí consistente na exigência, por parte da autoridade coatora, de que "*a Impetrante efetuasse a reclassificação da adição 001 da NCM 4002.31.00 para a NCM 3214.10.10, com o recolhimento da diferença de tributos, incluindo multa do art. 752, I, do Decreto 6759/09, quando couber, juros de mora de 1,0%, e multa do art. 711, I, do Decreto 6759/09*" (fl. 3).

Quanto à matéria de fundo, a saber, a possibilidade de condicionar o desembaraço aduaneiro ao recolhimento de tributos e consectários legais decorrentes do arbitramento, pela autoridade fiscal, do valor da mercadoria importada, ressalta-se a existência de repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no **RE 1.090.591/SC- Tema 1042**.

Em recursos versando sobre temas afetados à repercussão geral, o STF tem determinado o retorno dos processos para os Tribunais de origem a fim de que ali aguardem o julgamento do recurso extraordinário representativo da controvérsia.

A propósito:

Superior Tribunal de Justiça

EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (CIDE) INCIDENTES SOBRE REMESSAS AO EXTERIOR. LEIS 10.168/2000 E 10.332/2001. AFETAÇÃO SUPERVENIENTE DO TEMA À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL.

1. No âmbito do Plenário Virtual, o Supremo Tribunal Federal decidiu por maioria afetar a presente controvérsia à sistemática da repercussão geral em momento posterior ao julgamento do acórdão recorrido. Tema 914: RE-RG 928.943, de relatoria do Ministro Luiz Fux, Tribunal Pleno, DJe 13.09.2016.

2. Em decorrência de fato jurídico superveniente, a sistemática de precedentes obrigatórios impõe a devolução ao Tribunal de origem dos presentes autos para que o feito seja sobrestado até a definição do mérito do Tema.

3. Embargos de declaração providos, para fins de infirmar a cadeia processual construída em sede extraordinária no presente processo e determinar a devolução dos autos à origem, nos termos dos arts. 1.036 do CPC/15 e 328 do RISTF.

(ARE 934.095 AgR-ED-ED, Relator(a): Min. Edson Fachin, Primeira Turma, DJe 22/11/2016).

RECURSO EXTRAORDINÁRIO _ REPERCUSSÃO GERAL ADMITIDA _ PROCESSO VERSANDO A MATÉRIA _ SOBRESTAMENTO _ MANUTENÇÃO. O tema atinente à constitucionalidade da cobrança de contribuições sociais em face das atividades das cooperativas em geral, tendo em conta a distinção entre ato cooperativo típico e ato cooperativo atípico, teve repercussão geral admitida pelo denominado Plenário Virtual no Recurso Extraordinário nº 672.215/CE, da relatoria do ministro Luís Roberto Barroso. A matéria de fundo, tanto no mencionado recurso como neste extraordinário, diz respeito à definição da incidência ou não desses tributos sobre as receitas decorrentes de tais atos. Impõe-se aguardar o julgamento do mérito do paradigma, considerados o regime da repercussão geral, presentes os processos múltiplos, e a possibilidade de revisão do entendimento. (RE 594695 AgR-AgR, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, DJe 25-05-2015) Embargos de declaração em agravo regimental em recurso extraordinário.

2. Legitimidade da cobrança de PIS e COFINS, tendo por fato gerador a locação de bens imóveis. Matéria constitucional. Repercussão geral reconhecida. RE-RG 599.658. 3. Embargos de declaração acolhidos para determinar a devolução à origem com base no disposto no art. 543-B do CPC.

(RE 543.799 AgR-ED, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 3/8/2015).

Superior Tribunal de Justiça

Importa consignar que o fato de não haver simultâneo recurso extraordinário nos autos em nada altera a necessidade de que a Corte *a quo* realize o juízo de conformação ora determinado. Assim é porque o exaurimento da instância para fins de cabimento dos recursos especial e extraordinário depende do juízo de conformação a ser promovido pelas instâncias ordinárias. Logo, não se deve realizar o julgamento de recursos excepcionais antes do que vier a ser decidido pela Suprema Corte na repercussão geral sob seu encargo.

Assim, ultimada a resolução da controvérsia em repercussão geral, denotando a primazia do viés constitucional do tema em debate, caso não é de enfrentá-lo na seara do recurso especial ou do agravo dele decorrente (AREsp).

ANTE O EXPOSTO, (i) **reconsidero** a decisão de fls. 307/311, integrada pela de fls. 362/364, tornando-as sem efeito; e (ii) **determino** o retorno dos autos, com a respectiva baixa, ao ilustrado Tribunal de origem, onde, nos termos dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, deverá ser realizado o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local, frente ao que restar decidido pela Excelsa Corte.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator